

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA - CME

REQUERIMENTO Nº , DE 2018

(Do Sr. PADRE JOÃO)

Requer a realização de audiência pública para debater a situação dos atingidos pelos crimes da Vale//BHP Billinton/Samarco, envolvendo a tragédia em Mariana, Estado de Minas Gerais, com o rompimento da barragem de Fundão.

Senhor Presidente,

Requeiro com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública para debater a situação dos atingidos pelos crimes da Samarco Mineração S.A.; Vale S.A.; e BHP Billiton Brasil Ltda, envolvendo a tragédia em Mariana, Estado de Minas Gerais, com o rompimento da barragem de Fundão, maior crime ambiental de nossa história, ocorrido em 5 de novembro de 2015.

Para tanto solicitamos sejam convidados os seguintes representantes:

- MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens;
- MAM – Movimentos dos Atingidos pela Mineração;
- Comunidade Atingida;
- Ministério do Meio Ambiente - MMA;
- Comitê Interfederativo;
- Ministério de Minas e Energia - MME;
- Fundação Renova;
- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais;
- Ministério Público Federal;

- *Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais;*
- *Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e*
- Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

JUSTIFICAÇÃO

O maior crime ambiental da história do Brasil ocorrido a mais de dois anos pelas empresas: Samarco, Vale e BHP Billinton, segue impune.

Como sabemos, a barragem de Fundão, localizada no Município de Mariana-MG, construída e operada pela Samarco Mineração S/A, empresa controlada pela Vale e pela BHP Billinton, rompeu no dia 5 de novembro de 2015, ocasionando o maior desastre ambiental, social e econômico já visto no Brasil, e um dos maiores já vistos no mundo.

Foram dezenas de milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério que destruiu o distrito de Bento Rodrigues, vitimando 19 pessoas. A lama que percorreu um longo percurso dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo matou a bacia do Rio do Doce e atingiu direta ou indiretamente centenas de milhares de pessoas.

As ações decorrentes das denúncias formalizadas pelo Ministério Público não avançam. As empresas usam de manobras judiciais e da forte influência política para arrastar o processo e reduzir as possíveis punições pelos crimes cometidos. Poucas vítimas que teriam direito a multa ou indenização, ainda não começaram a receber tais direitos. Os valores dos encargos assumidos são irrisórios.

As centenas de famílias desalojadas pela lama da barragem citada, e que moravam nos distritos de Mariana, são obrigados viver na área urbana da cidade mineira. As obras do reassentamento das vilas estão paradas.

A Samarco pouco fez para solucionar os graves problemas ou mesmo atenuar os impactos dos rejeitos da Barragem do Fundão.

Há informações de falta de água potável e precárias condições de saneamento das cidades atingidas. Todos os atingidos direta ou indiretamente pioraram suas condições de vida.

Segundo consta na página virtual da Fundação Renova, os cadastros destinados às pessoas prejudicadas e interessadas nas indenizações, foram encerrados em 21 de abril de 2018. Infelizmente, muitos atingidos sequer conseguiram ser reconhecidos como vítimas desse maior crime socioambiental.

São crimes gravíssimos cometidos por essas mineradoras e que não sofreram qualquer punição até o momento.

É preciso acompanhar o trabalho dos órgãos judiciais, das instituições públicas e das mineradoras envolvidas.

O crime da Samarco perpetua e seus efeitos são ampliados enquanto se criam novos obstáculos para dificultar o acesso dos atingidos aos seus direitos.

Assim, contamos com o apoio dos nobres Pares, para aprovação deste requerimento e realização desse importante evento.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado Federal PADRE JOÃO (PT/MG)